

■ MOBILIDADE

Fora do orçamento de 2016, a construção de duas linhas ficará sem verba do PAC. Operação pode ser transferida para o estado

Crise atropela metrô de BH

MARCELO DA FONSECA

As três principais obras de mobilidade para a Região Metropolitana de Belo Horizonte – a ampliação do metrô, a reforma do anel rodoviário e a duplicação da BR-381 (entre a Avenida Cristiano Machado até o trevo de Caeté) – receberam pouca atenção no orçamento federal de 2016. Conforme mostrou o *Estado de Minas* na edição de ontem, intervenções de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento no estado que ainda não saíram do papel, estão paradas ou tocadas a conta-gotas terão outro ano de atrasos por causa de cortes ou reduções de recursos.

A construção das duas linhas do metrô (Barreiro/Nova Suíça e Savassi/Lagoinha), por exemplo, nem sequer foi incluída no orçamento e não deve receber um centavo. Também não está previsto o início da duplicação da BR-381 no trecho próximo à capital. A revitalização do anel rodoviário tem previsão de repasses de R\$ 500 mil, valor que representa menos de 1% do total estimado para o serviço.

Segundo a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop), as negociações entre o governo de Minas e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), órgão federal, para assinar um convênio de transferência da operação metroviária para o governo estadual ainda estão em andamento e não existe prazo para ser finalizadas. Essa é a primeira etapa para que o metrô saia do papel. Ainda segundo a Setop, o governo estadual ainda não fechou o plano geral de obras para 2016, que está em discussão.

Na BR-381, apesar de o relatório do PAC indicar que a duplicação entre BH e Governador Valadares está em andamento, a maior

“

Vários estados têm obras com o valor de R\$ 500 mil, que mesmo com o acréscimo de 30% não dá para fazer quase nada”

■ Túlio Cambraia,
consultor de orçamento da
Câmara dos Deputados

parte da rodovia tem obras que não começaram ou que estão em ritmo lento. Os dois lotes da duplicação mais próximos de BH, que ligarão a Avenida Cristiano Machado até a estrada, são os mais atrasados de toda a obra e ainda não foram licitados.

Em 2012, a presidente Dilma Rousseff anunciou que o governo faria uma parceria com a Prefeitura de BH, com o estado e com a iniciativa privada para construir a rodovia, que tiraria o trânsito do anel rodoviário. Cada ente federativo ficaria responsável por um trecho da obra, que desafogaria uma das vias mais perigosas da cidade. A nova rodovia, no entanto, está em fase de estudos e levantamentos, ou seja, sem obras à vista. Segundo o Ministério dos Transportes, técnicos do órgão “avaliam três alternativas do traçado em função da complexidade da obra e das interferên-

cias ambientais”. Não há previsão para a conclusão dos estudos.

SEM MANOBRAS Neste ano, o governo terá dificuldades em remanejar verbas para investimentos em infraestrutura programados no PAC. Além da redução de recursos por causa da crise econômica, a peça orçamentária prevê que apenas 30% do dinheiro para as obras poderá ser transferido. “Nos exercícios anteriores, era comum que o governo remanejasse o dinheiro para uma determinada obra. Este ano, essa manobra não pode mais ser feita. O remanejamento está limitado”, explica Túlio Cambraia, consultor de orçamento da Câmara dos Deputados.

A limitação significa que uma obra com orçamento estimado em R\$ 500 mil, como é o caso da revitalização do anel rodoviário de Belo Horizonte, poderia receber verbas no máximo em um montante de R\$ 650 mil ao longo do ano. “Para conseguir mudar o recurso de uma para outra será preciso uma discussão no Congresso, o que exigirá negociações. Vários estados têm obras com o valor previsto de R\$ 500 mil, que mesmo com o acréscimo de 30% não dá para fazer quase nada, uma vez que as principais são grandes, com valores significativos”, ressalta Cambraia.

O consultor, que trabalhou na análise do orçamento federal com o deputado Ricardo Barros (PP-PR), relator do texto elaborado pelo Palácio do Planalto, avalia que 2016 será novamente um ano de cortes e contingenciamentos. “As previsões não são boas, já que o governo tem obrigação de fazer um superávit de R\$ 24 bilhões e algumas coisas permanecem inchadas no orçamento. Será pouco provável que os investimentos terão uma alavancagem este ano”, diz Cambraia.